

O NEGRO ENQUANTO SUJEITO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: AS CONTRIBUIÇÕES DE UMA NOVA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA E UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE PARA O ESTADO – NAÇÃO IMPERIAL¹

Priscilla Verona*

lattes.cnpq.br/0050497914694503

Resumo: A historiografia educacional brasileira, sobretudo no que tange aos estudos referentes ao século XIX, caracterizou frequentemente o negro como um escravo, que, destituído de direitos, estabelecia uma relação de exclusão com a sociedade e com os processos educativos. Ao não ser considerado um sujeito social pela historiografia tradicional, o negro se manteve durante longo período de tempo à margem também de nossa historiografia da educação. No entanto, nas últimas décadas vem se consubstanciando um movimento rico de superação do silenciamento que foi produzido em relação aos negros na história da educação. Abordagens mais problematizantes aliadas ao surgimento de inúmeras pesquisas e iniciativas passaram a privilegiar e considerar o papel ativo do negro dentro da história da educação no Brasil. Nesse sentido, o artigo se propõe a realizar um breve balanço, buscando sobretudo trazer perspectivas para se pensar o Estado - Nação imperial por meio de uma série de contribuições que dão visibilidade ao protagonismo negro na história.

Palavras- chave: Negros; História da Educação; Estado- Nação.

THE BLACK AS A SUBJECT IN THE HISTORY OF EDUCATION: THE CONTRIBUTIONS OF A NEW HISTORIOGRAPHIC APPROACH AND AN ANALYSIS PERSPECTIVE FOR THE STATE- IMPERIAL NATION

Abstract: Brazilian educational historiography, especially with regard to studies relates to the nineteenth century, often characterized the black as a slave, who de-

¹ Artigo desenvolvido com apoio do CNPq.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil). Contato: pri.verona@yahoo.com.br.

prived of rights, established a relationship of exclusion with society and educational processes. Not being considered a social subject by traditional historiography, the black remained for a long period of time also on the fringes of our historiography of education. However, in recent decades there has been a rich movement to overcome the silencing that has been produced in relation to blacks in the history of education. More problematic approaches coupled with the emergence of numerous researches and initiatives began to privilege and consider the active role of blacks within the history of education in Brasil. In this sense, the article proposes to make a brief balance, seeking above all to bring perspectives to think the imperial Nation State through a series of contributions that give visibility to the black protagonism in the history.

Keywords: Blacks; History of Education; Nation State.

* * *

Introdução

Reconhecemos que nos últimos anos o espaço escolar foi frequentemente interpretado pela historiografia da educação sem levar em conta as possibilidades de presença do negro no processo educativo. Podemos dizer que tal descuido contribuiu para a realização de pesquisas pouco problematizantes em relação ao negro e a instrução, ou até mesmo que nem chegavam a mencionar a questão do negro e sua inserção no processo de escolarização durante o século XIX no Brasil. Prevalencia, segundo Fonseca (2009), um padrão de invisibilidade dos negros na historiografia da educação, que se manifestou através de abordagens que refletem os negros apenas em condição de escravos ou excluídos socialmente.

Os estudos referentes aos negros dentro da historiografia da educação começaram a ocorrer a partir da década de 1980, e tais pesquisas eram ainda, na maioria das vezes, demarcadas por análises que priorizavam a questão da desigualdade nas vivências de negros e brancos no

que tange à educação brasileira. Somente a partir dos anos de 1990 é evidenciada-se o surgimento de críticas em relação aos pesquisadores dessa temática, uma vez que os estudos sobre a escolarização dos negros encontrava-se até então preterido dentro da historiografia da educação. De acordo com Fonseca:

nos anos de 1990, surgiram as primeiras críticas em relação à indiferença dos pesquisadores da área em relação a esta temática, que ainda continua a ter um lugar periférico na produção da maioria dos historiadores que investigam a questão educacional. (FONSECA, 2009, p. 33).

As críticas questionavam não somente o pouco número de trabalhos até então realizados na área da história da educação com foco para a população negra, mas também o fato de que a reduzida produção priorizava tempos atuais, preterindo um tempo histórico mais remoto. Havia uma crítica, sobretudo, ao fato de que tais estudos eram engendrados somente por pesquisadores também negros, e nesse sentido Cruz afirma:

Apesar de a história da educação brasileira ter funcionado como um dos veículos de continuísmo da reprodução do tratamento desigual relegado aos negros na sociedade brasileira, não se pode negar que existe uma história da educação e da escolarização das camadas afro-brasileiras. Essa história tem sido resgatada por pesquisadores, grande parte afro-descendentes [...] Esses trabalhos têm sido em sua grande maioria voltados para abordagens de períodos mais atuais da história. (CRUZ, 2005, p. 30).

Até a década de 1980 era recorrente na história da educação brasileira, haver uma série de pesquisas incorporando um padrão tradicional de abordagem do negro, as quais afirmavam que essa população não havia frequentado escolas no período anterior ao século XX. E que os negros teriam tido acesso ao ensino, e somente em fins do século XX momento em que as escolas experienciavam maior ex-

pansão, sobretudo após o fim do escravismo. Entretanto, nos últimos anos, tem surgido uma série de trabalhos no campo da história da educação que contradizem tal perspectiva. Tais trabalhos tem buscado uma maior problematização das questões que envolvem a população negra, e atribuem maior atenção às especificidades desse grupo. Nesse sentido, ao realizar a crítica sobre o padrão tradicional de abordagem do negro pela historiografia da educação, Fonseca (2000) esclarece que a própria historiografia contribuiu durante décadas para a invisibilidade desse grupo. Nesse sentido estudos atuais sobre a escolarização dos negros têm surgido e caracterizam um rompimento, ou seja, uma superação do padrão tradicional de abordagem do negro que havia sido instaurado há tempos. Sobre esses estudos recentes Fonseca (2000) reitera:

É como uma reação a este tipo de entendimento que a presença dos negros em espaços escolares tornou-se um dos temas centrais da produção que vem sendo realizada sobre o assunto. Apesar de não haver um grande volume de pesquisas, esta produção vem demonstrando a necessidade de uma revisão na maneira como a população negra é abordada pela historiografia educacional. O conjunto dos trabalhos produzidos sobre o tema caminha no sentido de superar uma tradição de entendimento que promoveu a invisibilidade dos negros, e aponta para o fato de que a raça não é uma categoria periférica na construção da sociedade brasileira, mas sim, um elemento estrutural que se manifesta em todas as suas dimensões, inclusive na educação. (FONSECA, 2000, p. 21).

Podemos afirmar, embora tardiamente, que a presença dos negros em espaços escolares vem se tornando um tema central nas pesquisas do campo história da educação, e a experiência do negro vem sendo mais problematizada pelo olhar do pesquisador. Vale ressaltar que o artigo pretende incorporar esse movimento de superação do padrão tradicional de abordagem do negro, e trazer olhares de uma nova abordagem historiográfica, a qual percebe o negro enquanto

sujeito ativo de sua história. Buscaremos refletir realizando um balanço historiográfico, no sentido de interpretar como trabalhos recentes tem se voltado para a escolarização da população negra levando em conta principalmente suas ações e experiências no que tange à análise de seu processo de escolarização.

A escolarização do negro, um balanço historiográfico e a construção de um olhar sobre o Estado Nação

Abordaremos alguns dos diversos trabalhos que vem sendo desenvolvidos e que se enquadram em uma nova abordagem historiográfica, a qual analisa o negro por uma ótica distinta àquela que os anula enquanto sujeitos históricos. Esta abordagem rompe também com o padrão de invisibilidade que durante algum tempo caracterizou a população negra nas pesquisas em história da educação. É possível destacar um aumento considerável de investigações a respeito das relações entre o ensino e a população negra no Brasil, especialmente no período que se refere ao século XIX, o que representa um fortalecimento da temática no campo.

O negro passa a ser interpretado não somente em sua condição de subjugado, escravo ou ex-escravo, mas principalmente enquanto elemento estrutural de formação de nossa sociedade, enquanto sujeito ativo em sua própria história. Abordaremos alguns destaques, dentro da historiografia educacional, que se referem aos estudos sobre a população negra e suas relações com o ensino. Buscaremos dialogar com alguns desses estudos no intuito de esclarecer algumas contribuições historiográficas que eles podem suscitar no que se refere ao lançar olhares para o Estado nação imperial, e tentaremos identificar em que medida alguns deles irão se aproximar ou se afastar de nossa análise.

Sobre os trabalhos que refletem a questão do negro durante o século XIX, analisando-o por uma perspectiva distinta àquela que os anula enquanto sujeitos históricos, podemos destacar primeiramente o estudo de Peres (2002). Seu artigo traz reflexões importantes sobre a questão do silenciamento das fontes, e é o primeiro artigo dos quatro que compõem o dossiê “Negros e Educação”, do quarto número da *Revista Brasileira de História da Educação* publicada no segundo semestre de 2002. Destacaremos esse artigo, intitulado “Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais”, o qual apresenta uma reflexão acerca da presença de homens negros nos cursos de instrução primária que foram criados na Biblioteca Pública Pelotense no ano de 1877. A autora discute o silenciamento das fontes da Biblioteca com relação à presença desses homens durante os cursos. Para certificar-se da existência desses alunos, foi necessário que a autora desenvolvesse não somente a análise de distintas fontes, mas principalmente o entrecruzamento destas. Peres (2002) buscou quem seriam esses alunos negros, se seriam apenas livres ou também escravos, além de refletir também porque a elite pelotense teria se preocupado com a instrução desses homens enquanto vivíamos um contexto escravista. Assim a autora utilizou em um primeiro momento como fonte para seu estudo apenas três livros de matrícula dos cursos de instrução primária que eram oferecidos na Biblioteca Pública Pelotense. Essas fontes continham as categorias “nome”, “idade”, “nacionalidade”, “profissão”, “filiação”, e silenciavam-se quanto à questão étnica. Segundo a autora:

A curiosidade e as interrogações surgidas com o manuseio e leitura dos livros de matrícula tornaram necessário percorrer cuidadosamente os jornais do período compreendido entre 1875 e 1915, para, entrecruzando dados, comparando fontes, cruzando notícias, “recompôr” a história dos cursos noturnos [...]. (PERES, 2002, p. 78).

Posteriormente, o uso de fontes da imprensa local foi necessário para o desenvolvimento da pesquisa e entrecruzamento de informações. A contribuição de seu trabalho ocorre na medida em que nos indica, principalmente, as várias possibilidades existentes quanto ao tratamento dos documentos históricos. Pois, no momento em que o pesquisador se depara com o “silenciamento” de informações em uma fonte, torna-se um desafio ainda maior desvendá-la, interpretá-la, sendo preciso criar mecanismos de investigação que priorizem o entrecruzamento com outras fontes de variadas espécies. Sobre os motivos que levaram a existência destes cursos na Biblioteca Pública Pelotense, notamos que a justificativa da autora para que tenha existido, durante o contexto escravista, um espaço de instrução voltado aos negros, se resume ao discurso das elites. Ou seja, segundo a autora “o objetivo era manter a ordem, disciplinar, incutir preceitos de moralidade e civilidade” (PERES, 2002, p. 86).

Pretendemos avançar em nossa pesquisa desenvolvendo um olhar diferenciado para as finalidades que se julgava ter o ensino durante o século XIX. Mais do que civilizar e disciplinar a sociedade, sugerimos que a instrução é central dentro do projeto de nação, se forjando como estratégia de superação dos valores da escravidão e abrindo um cenário de possibilidades sociais aos negros, enquanto se construía o pano de fundo de uma cidadania que se intencionava instaurar no decorrer desse século. Peres (2002) ressalta ainda a importância e a necessidade de as pesquisas atentarem para a questão étnico-racial, pois esta representa uma “possibilidade ímpar para ‘revelar’ a presença da comunidade negra em experiências formais de escolarização, o que por sua vez ajudaria a desmistificar a ideia corrente de que os negros não sabiam ler e escrever, não estudavam ou não frequentavam a escola no século XIX” (PERES, 2002, p. 81).

A educação dos negros também é discutida no livro *500 anos de educação no Brasil*, publicado no ano de 2000. E vale destacar o arti-

go intitulado “Negros e educação no Brasil”, de autoria de Gonçalves, o qual visa discutir a educação da população negra após o processo de Abolição da Escravatura a partir da atuação do Estado e das entidades negras. Nesse sentido, Gonçalves (2000) assinala que o Estado, em seu entendimento, deveria se responsabilizar pelo ensino das crianças que haviam nascido de mães escravas após a Lei do Ventre Livre, e que, no entanto, não o teria realizado. Segundo o autor, o Estado não cumpriu seu papel, que por sua vez deu lugar a uma iniciativa que partia da própria comunidade negra, configurando-se uma iniciativa em prol dela mesma, que atingia seus pares e contribuía para seu processo educativo. Nesse contexto, as irmandades negras atuavam como embriões que buscavam oferecer escola aos integrantes da comunidade negra, contribuindo assim no fortalecimento de seu próprio reconhecimento enquanto sujeito histórico.

Ainda tratando sobre o tema do negro, as relações com a abolição da escravidão e seu processo educativo, podemos citar um dos livros de destaque de Fonseca (2002), intitulado *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Nessa obra, o autor intenciona “elucidar o sentido da questão educacional no contexto do processo de abolição do trabalho escravo e sua importância para a proposta de integração dos negros à sociedade como seres livres” (FONSECA, 2002, p. 11). Foi utilizado amplo conjunto de fontes documentais bem como relatórios e anexos de relatórios dos ministros, e secretários de Estado dos Negócios e da Agricultura, do Comércio e Obras Públicas. Alguns projetos de lei que haviam sido apresentados à Câmara dos Deputados sobre a Lei do Ventre Livre e a própria Lei do Ventre Livre, entre outras fontes, assumem também destaque na sua pesquisa. Fonseca (2002) refletiu sobre a Lei do Ventre Livre enquanto momento chave que antecedeu a libertação dos escravos em 1888, vinculando essa discussão à importância da educação para a população negra.

Segundo Fonseca (2002), as discussões sobre ensino caminhavam de forma paralela às discussões polêmicas que se davam em torno da questão abolicionista. Se tornou necessário “realizar uma análise das concepções e práticas educacionais em relação aos negros e que foram apresentadas como essenciais para o encaminhamento da abolição do trabalho escravo no Brasil” (FONSECA, 2002, p. 9). Os sujeitos analisados em sua pesquisa são os intelectuais, senhores de escravos e políticos, ou seja, os indivíduos que, segundo Fonseca (2002), se envolveram melhor e mais diretamente com a questão do projeto abolicionista. O autor justifica a abordagem pela visão dos dominadores alegando que essa perspectiva esclarece a tentativa que havia por parte dos dominadores em se produzir novas estratégias de dominação para os negros durante os anos finais do Império, especialmente durante os anos finais da luta abolicionista. Assim, a educação poderia representar nesse contexto “um mecanismo de dominação que permitisse a manutenção da hierarquia social e racial” (Fonseca, 2002, p. 16).

Entretanto, mesmo sendo objetivo do autor analisar a questão do contexto abolicionista através da ótica do dominador, vale ressaltar a pouca prioridade que foi dada pelo estudo à ótica dos próprios negros. Isso corrobora, de alguma maneira, a constatação de que o estudo do autor mantém resquícios de um padrão de abordagem tradicional do negro, crítica realizada posteriormente pelo próprio Fonseca (2009). Vale questionar, ainda, em que medida os abolicionistas, dentre eles os intelectuais que se envolveram diretamente com a luta abolicionista, seriam de fato parte de um setor dominante, embora sejam em sua maioria vindos de classes sociais privilegiadas. Não seriam eles, de alguma forma, a expressão autêntica da busca por consolidar um Estado- Nação moderno? Acreditamos que as ideias abolicionistas expressam de alguma maneira uma opinião pública que não se limitou às estruturas patriarcais de poder, se constituindo como algo maior,

não estando restritas à questão do estrato social. E que buscavam, sobretudo, estabelecer um contraponto à ideia do escravagismo em nossa sociedade.

Gonçalves (2000) e Fonseca (2002) esclarecem que, após a Lei do Ventre Livre, no ano de 1871, exigia-se que os senhores de escravos estivessem responsáveis pela criança negra até a idade de oito anos, em seguida era esperado que tais crianças fossem encaminhadas às instituições do Estado que haviam sido criadas para educar e cuidar destas. Porém, muitas das crianças continuavam nas senzalas e não recebiam qualquer tipo de educação, diversas instituições criadas pelo Estado para receber as crianças acabavam não recebendo nenhuma criança negra. Todavia, o ensino seria garantido somente àquelas crianças que fossem entregues ao governo, caso contrário, elas ficariam sem acesso à escola. Por isso, era comum a situação de um negro, mesmo estando livre, viver até a idade de vinte anos nas senzalas, recebendo o tratamento dispensado aos escravos. O que nos revela que em alguns casos a criança negra mesmo depois de livre poderia continuar inserida no universo da escravidão.

Um estudo de destaque no que tange à questão dos negros e ensino no final do século XIX é realizado por Conceição (2007) e intitula-se *O aprendizado da liberdade: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista*. Foi analisado primeiramente um relatório redigido em 13 de maio de 1888 pelo conselheiro Manoel Machado Portella, presidente da província da Bahia, no qual este declarou a criação naquela província de uma associação chamada “Sociedade Treze de Maio”. Esta tinha por objetivo promover a educação dos libertos, defendê-los e inseri-los na sociedade, bem como a criação de uma escola para aqueles que a abolição colocaria em liberdade. No dizer de Conceição (2007), o documento “parecia contestar o discurso, recorrente na historiografia e em outros meios, de que os ex-escravos teriam sido ‘abandonados à própria sorte’ após a Abolição” (CON-

CEIÇÃO, 2007, p. 8).

Apesar de reconhecer o abandono dos ex-escravos em diversos âmbitos da sociedade, o estudo reflete se teria havido no campo da educação um projeto de governo que se voltasse para a inclusão da população negra ex-escrava na sociedade baiana. Ao analisar se existiu de fato a iniciativa de incluir essa parcela da população por parte de Machado Portella, é questionado em seguida o que esse tipo de situação teria provocado na sociedade baiana. Segundo Conceição (2007), um aspecto positivo e decisivo da iniciativa de Portella foi a sua opção por encaminhar a questão da instrução dos ex-escravos e ingênuos através de uma ação particular, e não do Estado. Nesse sentido, são analisadas as possíveis motivações para que Portella optasse por outros caminhos em vez de um apoio do Estado:

Talvez fugisse da lentidão das decisões legislativas, talvez buscasse auferir dividendos políticos, ou até mesmo fosse movido por convicções próprias alimentadas por idéias liberais, apesar de pertencer ao partido conservador. O certo é que apenas três dias após a Abolição convocou um grupo de destacados cidadãos baianos dos diversos segmentos sociais e econômicos para pôr em prática seu projeto, possivelmente confiante que a essa ação inusitada fosse gerar os melhores resultados a curto prazo. Pelo menos num primeiro momento foi o que aconteceu, embora em uma dimensão talvez mais modesta do que esperava [...]. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 118).

Ao identificar que a iniciativa promovida para a instrução de libertos e ex-escravos na Bahia tenha partido de uma representação das elites, Conceição (2007) se refere ao Estado como sendo omissor. O estudo também aborda a discussão em torno da educação primária e dos escravos e libertos na Bahia, com foco para a atuação insuficiente do governo no que tange ao processo de inserção desse público na sociedade. E principalmente segue investigando algumas ações dos libertos no sentido de garantir instrução para si e para seus filhos. Sobre o papel do Estado, Conceição afirma:

embora reconhecendo o seu papel de condutor e implementador das políticas de educação voltadas para as “camadas populares”, o Estado pouco fez além de se repetir em sucessivas e insuficientes reformas. Com relação ao escravo, negou-lhe completamente o acesso à instrução pública; para os ingênuos foi extremamente tímido, quando não omissa, em garanti-la ou obrigar que fosse dada pelos senhores a quem facultara a guarda e responsabilidade de educá-los. Quanto aos libertos pela Lei, os “13 de maio²”, preferiu aderir, conivente e convenientemente, aos interesses das classes dominantes e diluí-los nominalmente na massa dos “desvalidos”, dos “menos favorecidos”, considerada amorfa e moldável aos seus propósitos e interesses, apesar do discurso que clamava pela necessidade de formar “cidadãos” [...]. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 147).

De fato, houve no decorrer do século XIX sucessivas reformas educacionais que obtiveram pouca repercussão na prática; porém configura-se um equívoco afirmar que esse caráter marcadamente insuficiente das políticas educacionais no Império significa que o Estado isentou-se da responsabilidade do ensino, agindo de forma “tímida” e “omissa”. Na verdade, realizou-se uma efetivação dessas políticas educacionais na medida do que era possível para aquele tempo histórico e dentro dos limites do Estado imperial.

Nessa perspectiva, somos levados a conceber os esforços para com a educação no século XIX como algo que caracteriza a própria natureza do Estado moderno. Nossa hipótese é a de que se formula no século XIX uma proposta da educação enquanto uma razão política ou razão de Estado e aquela mantém o compromisso de expandir-se apenas no sentido de formar uma sociedade civil a longo prazo. Portanto, um compromisso apenas doutrinário que aponta para a natureza da nação que se quer construir.

Contudo, sabemos que, embora o acesso dos escravos ao espaço

² Como se referiam aos libertos e ex-escravos (CONCEIÇÃO, 2007).

escolar tenha sido negado por lei durante o período imperial – exceto a partir do decreto Leôncio de Carvalho (1879) – pelo fato de estes não serem considerados cidadãos, estudos sobre o tema (BARROS, 2005; CRUZ, 2008; FONSECA, 2007; SILVA, 2000) revelam que o acesso dos negros livres e libertos ao espaço escolar era permitido em diversas províncias do império. Vale ressaltar a existência de dados que comprovem a presença de escravos alfabetizados³ em Minas Gerais durante a década de 1830, bem como a existência de um espaço escolar que se destinava a meninas escravas no Maranhão durante a segunda metade do século XIX (CRUZ, 2008). Conceição (2007) conclui que os escravos, libertos e ingênuos por sua própria ação “continuaram desenvolvendo estratégias que lhes garantissem alguma instrução, pois também estavam conscientes da importância dela para a sua própria inserção no mercado de trabalho, e até para alguma ascensão social, mesmo limitada”.

Ao refletir sobre os trabalhos que tratam do negro no período Imperial ao longo do século XIX, podemos destacar alguns. Dentre eles, o importante estudo de Silva (2000), intitulado *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Nesse livro, a autora apoia-se em ampla base documental, desde relatórios do Ministério do Império e Inspetoria Geral da Instrução Pública da Corte até os ofícios entre a Câmara Municipal e o ministro, além de revistas e impressos; tudo isso no intuito de investigar as relações entre instrução primária e a possibilidade dos negros livres, ex-escravos e libertos de ascenderem a algum ofício que os distanciassem do estigma do cativo.

Silva (2000) recupera em seu trabalho a história do professor negro chamado Pretextato dos Passos e Silva, que mantinha em sua

³ Dados coletados a partir de Listas Nominativas da Província de Minas Gerais entre os anos de 1831 e 1838. CEDEPLAR/UFMG.

casa uma escola para meninos “pretos”. Ele que também se dizia “preto” e era possivelmente descendente de libertos, conseguiu manter do ano de 1853 a 1873, com a autorização do Ministério do Império, uma escola onde ensinava primeiras letras aos meninos negros na freguesia de Sacramento, no Rio de Janeiro.

A escola de Pretextato significou uma possibilidade de instrução dos descendentes de escravos e libertos, algo que se constituía, naquele contexto histórico da segunda metade do século XIX, uma estratégia de superação da realidade em que viviam. A pesquisa de Silva (2000) questiona também qual teria sido a razão para o inspetor-geral da Instrução Primária e Secundária da Corte, Eusébio de Queirós, ter concedido ao professor Pretextato deferimento em seu pedido para funcionamento da escola, sem que o citado professor precisasse passar pelos exams, a que os professores deveriam ser submetidos para serem autorizados a lecionar. Assim, ao conceder a Pretextato a dispensa do Exame de Capacidade e a licença para o funcionamento de sua escola, Eusébio de Queirós silenciou-se sobre a sua cor e sobre a condição dos alunos daquele mestre “preto”. Nada foi relatado sobre a questão étnica e possíveis barreiras sociais impostas àqueles segmentos na sociedade imperial escravista.

De acordo com Silva (2000), isso poderia ser explicado pelo fato de que o objetivo do mestre Pretextato era ensinar aos meninos pretos e pardos apenas as primeiras letras, o que significava fazê-los “aprender com perfeição” os códigos culturais do universo letrado. Vale questionar se as aulas de Pretextato se concentravam somente em transmitir os códigos culturais dominantes da nossa sociedade imperial, ou representavam mais do que isso. Pois somos levados a pensar que o silenciamento de Eusébio de Queirós dava ao professor “preto” a possibilidade de lecionar ao mesmo tempo em que ele, juntamente com seus alunos, construía naquele espaço escolar valores e anseios ligados ao próprio universo do negro.

Ao refletir a atuação de Pretextato, Silva reitera:

Nesse sentido ele, inteligente, crítico, esperto e engajado, teria agido daquela forma [utilizar estereótipos que identificavam indivíduos pretos para conseguir o deferimento para continuidade de sua escola] para burlar as duras regras da sociedade escravista a qual o oprimia e aos seus alunos. (SILVA, 2000, p. 160).

Notamos que as reflexões de Silva não mencionam a possibilidade de que o próprio Eusébio de Queirós estivesse naquele momento já sintonizado com os valores modernos ligados à dimensão da igualdade civil, os quais a sociedade brasileira estava começando a construir. A perspectiva de análise da autora não toca na questão de que pudesse haver uma prerrogativa para que Eusébio de Queirós aceitasse a existência da escola, como por exemplo, estar ciente do universo de possibilidades que a escolarização iria abrir “àqueles negrinhos”. Ou seja, uma gama de possibilidades que passaria a existir, advinda do contato dos alunos com a escolarização e o universo das letras. Entretanto, o fato de Eusébio de Queirós ter permitido a Pretextato a dispensa do Exame de Capacidade representa também um indício de que o Estado não mantinha “duras regras” no que tange à escolarização dos negros livres; pelo contrário, até flexibilizava tais regras, como foi o caso da dispensa dada a Pretextato.

Silva (2000) buscou analisar os negros não como sujeitos passivos, como costumava fazer a historiografia tradicional, mas, sim, através de um olhar até então, pouco empregado nos estudos referentes ao século XIX, que interpretou o negro enquanto sujeito histórico capaz de influenciar e protagonizar os processos históricos. A população negra foi percebida como um grupo que possuía seus anseios, que também via perspectivas e significados na escolarização e não se negava a construir estratégias para buscar o seu lugar social.

Ao demonstrar que os negros eram capazes de utilizar estratégias

e elementos presentes na própria sociedade escravista para criar seus espaços de liberdade, foi aos poucos sendo constatado um processo em que o negro construiu suas próprias visões de liberdade, e alguns dos escravos, por sua vez, agiam no intuito de mudar a sua condição na sociedade escravista. Dominar os códigos culturais durante o século XIX, significava possuir um instrumento em potencial para as transformações sociais, e, segundo Silva (2000), a busca por conhecer esses códigos culturais ocorreu por parte tanto dos libertos como dos representantes de escravos.

Outro importante estudo, intitulado *Alunos pobres no Brasil, século XIX: uma condição da infância*, foi realizado por Veiga (2004) e trouxe reflexões importantes sobre os alunos pobres de origem negra no século XIX com foco para a província de Minas Gerais. Ao pensar a condição de infância mineira neste período, Veiga buscou articular a condição de aluno à condição de infância a partir da documentação que tratou da institucionalização da instrução elementar na província de Minas Gerais entre 1835 e 1889. A autora constatou uma significativa presença de alunos de origem pobre presentes na escola pública mineira, sobretudo alunos negros, mestiços e pardos, e afirma:

a instrução elementar foi organizada e estruturada para as camadas pobres da população, uma vez que as crianças provenientes de famílias com certo poder aquisitivo podiam usufruir da educação doméstica com mestres particulares e/ou frequentar as aulas particulares existentes nas províncias. (VEIGA, 2004, p. 4).

A presença de alunos pobres, em especial os negros, nas escolas do século XIX na província de Minas Gerais é tema de outra análise de Veiga (2004a) intitulado *Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, século XIX*. Ao se basear em uma análise documental que compreende legislações, relatórios de presidentes da província, mapas de população, mapas de

frequência de alunos, entre outros, Veiga concluiu que não havia discriminação da cor para o processo de matrícula dos alunos nas aulas de instrução elementar em Minas Gerais. E afirma:

a questão da origem racial das crianças não se constituiu em impedimento de frequência à escola pública. No processo de institucionalização da instrução elementar houve sim uma rígida demarcação relativa à condição jurídica das crianças (se livre ou escrava) [...]. (VEIGA, 2004a, p. 2).

Reflexões e conclusões presentes nesse estudo contribuem trazendo questões para pensarmos o processo de institucionalização da instrução, a figura do negro neste processo, e em certa medida a própria postura do Estado imperial que idealizou uma escola que se direcionava às camadas desfavorecidas da sociedade. Qual a natureza desse Estado-Nação que inventou uma escola para os desfavorecidos? Havia somente a intenção do governo em civilizá-los, tornando-os menos rudes e mais afeitos às normas sociais? Qual a natureza do Estado imperial que estava se constituindo? Entendemos portanto, que estava se construindo um Estado Nação que lançava, à sua maneira, as bases de uma cidadania, a qual se formulava paulatinamente. E que aliás, mantinha em sua natureza valores modernos, tal como o valor da igualdade civil dos homens livres.

Um importante estudo que também pensa a educação dos negros no século XIX é realizado por Barros (2005) e intitulado *Negrinhos que por ali andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. Nesse trabalho, é investigada a presença de negros na escola pública em São Paulo e o processo de escolarização formal dessa população entre o final do século XIX e início do século XX. Ao trabalhar com a hipótese de que o processo de escolarização dos negros e brancos foi diferente e desigual, o que resultaria em um distanciamento entre os níveis de escolarização de um grupo e de outro, a pesquisa caracterizou dois pontos de vista distintos : um caracterizado

como “ação branca” e outro como “ação negra”. Barros afirma:

A ação branca, que será discutida no segundo capítulo, refere-se ao papel desempenhado pela camada branca da população, especialmente as elites brancas, em relação à educação dos negros. A ação negra, debatida no capítulo seguinte, diz respeito à visão e iniciativas da própria população negra no que se relaciona à educação escolar. (BARROS, 2005, p. 28).

Conforme Barros (2005) é necessário pensar a questão do letramento como um processo que é apreendido não apenas no espaço escolar, mas sim como um universo que naquele período já começava a se tornar parte da experiência da população negra.

O final da segunda metade do século XIX esteve relacionado, entre outras questões, ao fim do escravismo no contexto das lutas abolicionistas. A população negra mais especificamente era tida como um grupo que necessitava da instrução como uma forma de prepará-los para a inserção na sociedade organizada. Ao mesmo tempo em que se criou um movimento em favor da instrução para a população negra em São Paulo, gerou-se um conflito. Barros (2005) relata casos de professores que se incomodavam com o fato de alunos negros serem educados junto com os alunos brancos. Porém, a presença dos negros nas escolas estava ligada não somente à vontade das elites de educá-los, mas principalmente se relacionava à percepção dos próprios negros a respeito do processo educativo – os negros, em muitos casos, reconheciam a importância do ensino para o processo de afirmação do seu lugar social. Contudo, Barros conclui que “nem a população negra era um bloco coeso que lutava para entrar na escola, e nem as elites brancas tinham como grande objetivo proibir que os negros conseguissem ter acesso à instrução (BARROS, 2005, p. 145).

Esse estudo foi muito importante para a melhor elaboração de uma de nossas questões, pois, na medida em que pensamos a questão da ação branca, é possível compreender de que forma a elite idealizava

para os negros uma instrução que os civilizasse. Para que eles pudessem aliás, fazer parte de uma sociedade organizada, era necessário instruí-los para incluí-los. A população negra por sua vez estava ciente em certa medida dos benefícios de instruir-se, até mesmo para não somente inserir-se na cultura letrada e organizacional, mas principalmente para afirmar-se enquanto sujeito histórico.

Um trabalho fundamental e completo sobre a escolarização dos negros na província mineira durante o século XIX é a tese de Fonseca (2007), intitulada *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Nesse estudo, é analisada a estruturação de uma política mineira de instrução pública entre os anos de 1820 a 1850, e o nível de relação existente entre esse processo e a população negra livre, sendo esta aliás, a parcela mais expressiva dentro da estrutura demográfica de Minas Gerais naquele período.

Ao utilizar como referência a documentação censitária de 1831, Fonseca (2007) buscou construir um perfil racial das escolas mineiras nesse período, e o confrontou com informações presentes em outros documentos, revelando a informação, até então não quantificada, de que era majoritária a presença dos negros nos espaços escolares da província de Minas Gerais na década de 1830.

A obrigatoriedade da instrução implementada na província mineira a partir de 1835 e o discurso civilizacional assumem um significado específico quando contraposto às características da população mineira. Conforme Fonseca (2007), o discurso sobre obrigatoriedade escolar na província estaria associado ao perfil racial da população mineira, o qual era predominantemente não branco. Nesse sentido, a existência de uma população de ascendência majoritariamente africana na província de Minas Gerais durante a primeira metade do século XIX representa, na visão do autor,

uma das justificativas para que a legislação mineira se sobrepusesse à Constituição do Império, estabelecendo a

gratuidade e obrigatoriedade da instrução, estabelecendo, inclusive, punição para os pais que não enviassem seus filhos a escola, pois a educação era concebida como um elemento fundamental na constituição de um povo civilizado e esta não era uma das características atribuídas à população negra. Portanto, era exatamente onde predominava esta população que a educação deveria ser tomada como um instrumento essencial na constituição de um povo ordeiro e civilizado. (FONSECA, 2007, p. 175).

A obrigatoriedade do ensino instaurada na província de Minas Gerais a partir de 1835 estaria ligada à necessidade de colocar em circulação elementos civilizatórios:

a obrigatoriedade da difusão da instrução pode estar relacionada com o perfil racial da população mineira que, em maiores proporções que em outras províncias, tinha a necessidade de colocar em circulação os elementos tidos como necessários à civilização do povo. (FONSECA, 2007, p. 173).

Ao traçar o perfil racial nas escolas mineiras do século XIX e identificar um público escolar majoritariamente negro, Fonseca (2007) analisa os sentidos deste perfil no contexto escravista e realiza uma profunda análise crítica da historiografia educacional, denunciando o tipo de reflexão que “tradicionalmente interpretou a escola como uma instituição com a qual os negros estabeleceram contatos esporádicos ou casuais” (FONSECA, 2007, p. 4).

Outro importante estudo que aborda a população negra em seus processos educacionais foi realizado por Cruz (2008) e intitula-se *Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX*. A investigação evidencia a participação dos negros em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão durante o século XIX e busca reconstituir a efetivação, por parte dos negros, de práticas sociais ligadas ao processo civilizatório no Brasil. Dentre as práticas destacam-se:

a adesão a costumes socialmente aceitos; organização em instituições religiosas; aspiração e efetivação de escolarização; bem como o uso dos saberes elementares ligados a processos escolares como forma de adquirir maior mobilidade no contexto complexo da escravidão. (CRUZ, 2008, p. 22).

Cruz (2008) utilizou uma série de fontes impressas e manuscritas para o desenvolvimento de sua pesquisa, dentre elas compromissos de irmandades, relatórios oficiais, almanaques, leis provinciais, a imprensa maranhense e documentações paroquiais. Ao retratar situações em que os negros, até mesmo em condição de escravos, “faziam uso de símbolos ligados à ideia de civilidade, destacando-se a leitura e a escrita no contexto das irmandades e das principais insurreições maranhenses do período”, a autora reconstituiu momentos em que a população negra estivera viabilizando esforços para participar da vida social daquele período, “apropriando-se dos valores e das práticas culturais oficializadas” (CRUZ, 2008, p. 9).

Embora Cruz (2008) tenha constatado a presença de alunos e alunas negras, alguns até em condição de escravos, nas escolas maranhenses durante o século XIX, seus estudos apontam para ações políticas por parte do Estado, que, em sua opinião, visavam dificultar o acesso de negros ao ensino público. No dizer da autora: “o processo histórico ligado à educação de negros se configura [...] por práticas segregacionistas reveladas no processo de admissão e demissão de educandos negros” (CRUZ, 2008, p. 9).

Entretanto, o estudo demonstra que o acesso dos negros ao domínio da escrita e leitura favorecia a recepção de ideias contrárias ao sistema da escravidão, o que por sua vez estimulava nessa população o desejo de liberdade e rebelião. A demanda por instrução durante o século XIX, segundo Mariléia Cruz, permitiu que as práticas escolares se disseminassem além das expectativas governamentais, que se dividiam entre o desejo de massificar a

instrução e os esforços para controlar a abrangência dos seus resultados, quando manifestavam preocupações pela existência de negros que dominavam a escrita. Desta forma, o uso do saber escolar representou um instrumento a mais a favor dos contingentes empobrecidos que se confrontavam aos interesses dos grupos dominantes (CRUZ, 2008, p. 179).

A pesquisa conclui que a demanda pelos saberes da instrução durante o século XIX na sociedade maranhense não vinha somente da parcela da sociedade detentora de privilégios, de forma que, a instrução tornou-se aspiração dos grupos marginalizados. Uma vez que estes percebiam o ensino como uma possibilidade de adquirir melhor inserção social em um contexto histórico marcado por estratificações sociais.

É possível sugerir que o público negro livre e liberto em processo de escolarização, bem como os professores negros que desejavam lecionar as primeiras letras, o faziam porque vislumbravam, sobretudo, uma melhor inserção social, assim como aqueles negros que viviam na sociedade maranhense? Entendemos que a busca dessa parcela da população por instrução representa algo que se relaciona com a afirmação de seu lugar social enquanto um cidadão que, possuidor de direitos civis, poderia ocupar espaços que permitiam a ascensão social.

No âmbito dos debates atuais o livro *A história da educação dos negros no Brasil*, organizado por Fonseca & Barros (2016), também ganha destaque e traz um amplo panorama sobre as pesquisas em história da educação dos negros no Brasil. Reunindo uma série de artigos que se orientam em torno das experiências sociais dos negros no curso da história brasileira e suas relações com a educação, a obra coloca em questão a representação do negro nas narrativas da historiografia tradicional, e diz da necessidade de revisitar processos educacionais já estudados, ou seja, fazendo assim uma tarefa de “reinterpretar os processos educacionais que envolveram a população negra” (FONSECA &

BARROS, 2016, p. 24). Fundamenta-se na ideia de que é urgente desmistificar a ausência dos negros nos processos escolares, bem como construir um percurso historiográfico que esteja mais atento, e disposto a problematizar e investigar os diferentes sujeitos históricos, bem como a população negra. A obra contém em si uma completa e bem estruturada crítica historiográfica, e atenta que é enfatizando as reflexões sobre a presença dos negros na história e na historiografia da educação que será possível desvendar uma série de lacunas que foram construídas. As quais, construídas, propositadamente ou não, contribuíram para os processos que silenciaram e invisibilizaram os negros como sujeitos ativos dos processos de escolarização no Brasil.

Considerações

No Estado moderno, a educação representou um elemento fundamental não somente para a constituição de um homem civilizado, mas principalmente para a formação de um cidadão moderno. Cabe a nós, portanto, não somente avaliar o Império em suas intenções civilizatórias, incorporando estritamente a ótica de que prevalecia um Estado homogeneizador, mas também cabe aqui dimensionar e buscar compreender a natureza desse Estado-Nação que, independentemente do discurso engendrado pela elite desta ou daquela região, institucionalizou a instrução enquanto um elemento constitutivo para as bases da cidadania moderna, criando assim as possibilidades legais desse recurso.

De forma recorrente, percebemos que a história educacional brasileira vincula a ideia de instrução no século XIX à noção de civilização, o que geralmente contribui no sentido de sugerir interpretações que caracterizam a sociedade mineira imperial fortemente sintonizada com um Estado civilizador. Porém, a proposta do artigo é contribuir para

outras perspectivas de análise, no sentido de lançar luzes para a natureza do Estado que se pretendia construir. Espaços escolares que se constituíam de forma etnicamente heterogênea durante o século XIX, em um país de contexto escravista, nos diz algo sobre o Estado que parece revelar em si um valor de igualdade no que tange à questão da civilidade. Contudo, a despeito de ser civilizador, sugerimos que este Estado se forjava, introduzindo antes de tudo, a questão igualitária, no que se refere à dimensão civil. Um Estado cidadão que, mesmo monárquico e repleto de singularidades, assume características elementares de um Estado sob os moldes do moderno.

Partimos do princípio que a ideia de um projeto de Nação civilizatória que esteve muito consolidada durante os primeiros anos do século XIX, representa uma das principais propostas das elites políticas e econômicas. A qual, sintonizada também com os ideais europeus de civilidade, se mantinham guiadas, em certa medida, pelo preconceito. Entretanto, é fundamental ampliar os olhares para pensar o Estado-Nação imperial, uma vez que constituindo-se durante os oitocentos, especialmente como uma *res publica* acabava, em sua natureza sendo perpassado pela noção de uma igualdade civil. Deste modo, empreender este olhar nos possibilita também realizar análises criadoras de possibilidades que se buscam se abrir ao protagonismo do negro nos processos históricos.

* * *

Referências

CONCEIÇÃO, Miguel Luiz. *O aprendizado da liberdade: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História/Universidade Federal de Bahia, 2007.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: Romão, Jeruse (Org.). In: *História da educação dos negros e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.

_____. *Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX*. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya, Aaranovich Pombo de. (org.) *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016

_____. *População negra e educação: uma análise a partir do perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

_____. *Pretos, pardos crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

_____. *Concepções e práticas em relação à educação dos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil (1867-1889)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e Educação no Brasil. In: *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em História da Educação e o tratamento das questões étnico-raciais. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4, p. 75-102, jul./dez. 2002.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na corte*. Brasília: Plano, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. *Alunos pobres no Brasil, século XIX: uma condição da infância*. Belo Horizonte, 2004. Mimeografado.

_____. Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar: Minas Gerais, século XIX. In: Congresso Brasileiro de História da Educação. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004^a.

Recebido em 19 de agosto de 2019.
Aprovado em 19 de novembro de 2019.